

ECOLOGICA

FDA

O debate sobre a tragédia das inundações no Rio Grande do Sul terá um lugar de destaque nas próximas eleições municipais. Nem mesmo diante da evidência mais brutal, o negacionismo climático cede terreno, propagando fake news em série. Mas o governo do presidente Lula resgatou e recolocou o Brasil no centro do debate global sobre o enfrentamento dos problemas do aquecimento do planeta, da devastação ambiental, da pobreza

e das desigualdades sociais. Recentemente, o governo federal identificou 1.942 municípios como mais suscetíveis a deslizamentos, enxurradas e inundações. Nesses municípios vivem cerca de 148,8 milhões de brasileiros. As diretrizes a seguir indicam temas, iniciativas e prioridades para um programa que apresente uma nova matriz de desenvolvimento local, sustentável e inclusivo.

CRIAR O PLANO LOCAL DE AÇÕES CLIMÁTICAS (PLAC)

O PLAC tem um papel estratégico no planejamento integrado e participativo, identificando prioridades sociais, ambientais e econômicas do município, com propostas de mitigação da emissão de gases de efeito estufa e adaptação das áreas urbanas e rurais. Sua elaboração deve envolver instituições públicas, movimentos populares, setor privado, ONGs e academia, tornando-se uma instância de pactuação de compromissos e metas. O PLAC articula em um único processo as Políticas Nacionais do Meio Ambiente, da Mudança do Clima, de Resíduos Sólidos, de Recursos Hídricos, de Saneamento, de Energia e da Biodiversidade.

PRODUZIR E PRESERVAR: INCLUSÃO SOCIAL E PROTEÇÃO AMBIENTAL

- Adaptar as propostas de acordo com a diversidade de realidades das regiões e municípios;
- Estimular projetos de hortas urbanas e periurbanas, com produção de alimentos saudáveis para o sustento das famílias e comercialização do excedente em feiras locais;
- Instalação de agroindústrias para processar a produção local, o fomento aos sistemas agroflorestais e extrativismo sustentável da biodiversidade;
- Desenvolver cadeias produtivas da sociobiodiversidade, notadamente aquelas voltadas para a produção de fármacos, cosméticos e alimentos agroextrativistas.





CIDADES VERDES E SAUDÁVEIS

- Plantar árvores, criar praças e parques urbanos, reconectar áreas verdes e recuperar os ecossistemas urbanos e rurais, a exemplo das Áreas de Preservação Permanente;
- Essa tarefa demanda a instalação de viveiros e a produção de mudas, ativando inúmeras atividades, como a de coletores de sementes que em muitos

lugares poderá ser feita com a participação de extrativistas, indígenas e agricultores familiares;

- Aproximar e engajar comunidades urbanas e rurais, fortalecendo a manutenção da vegetação nativa, das unidades de conservação, das terras indígenas e dos sistemas agroflorestais.

ENERGIA LIMPA E RENOVÁVEL

- Construir arranjos e formas de produção de energia que atendam as demandas e necessidades produtivas das comunidades locais, promovam

o desenvolvimento e não comprometam as áreas de produção de alimentos nem avancem sobre as comunidades tradicionais e a agricultura familiar.

HABITAÇÕES SUSTENTÁVEIS E RESILIENTES

- Incentivar o desenvolvimento de novas tecnologias de baixa emissão (como concreto verde) e desenhos arquitetônicos sustentáveis (em energia, reúso de água e reúso de resíduos);
- Estimular construções sustentáveis com o uso de espécies da flora local para compor construções sustentáveis, aumentando sua resiliência contra os fenômenos climáticos.



TRANSPORTE DE BAIXA EMISSÃO **E INCLUSIVO**

- Ações e investimentos em transporte público, especialmente metrô e VLT, nos casos em que tal solução seja adequada e sua integração com ciclofaixas para deslocamento de baixa distância com bicicletas e pequenos veículos elétricos;
- O investimento em ônibus deve focar os ônibus elétricos e híbridos (integrados com o programa Mover do Governo Federal).

SANEAMENTO PÚBLICO **E GESTÃO DE ÁGUAS**

- **Gestão cooperada e qualificada** ante o aprofundamento das privatizações de serviços de saneamento nos Estados e municípios, para combater a explosão tarifária em curto espaço de tempo e a pressão para precarização da prestação dos serviços;
- Manter a regulação dos serviços é crítico para o sistema, com o que os municípios devem incentivar e participar de organismos de gestão associada, como consórcios públicos, e acompanhar de perto o funcionamento das agências reguladoras;
- Fortalecer os Comitês de Bacias e Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, combatendo o “elitismo regulatório” e fortalecendo a participação dos setores usuários na definição de políticas e prioridades para o sistema de modo a evitar a apropriação privada da água bruta;
- Valorizar os planos de bacia hidrográfica em seu caráter normativo sobre o planejamento dos usos dos recursos hídricos;
- Recuperação e preservação de fontes de abastecimento mediante projetos e campanhas a partir de uma visão integrada de manejos de solo e água com utilização de tecnologias sociais e ampla participação comunitária;
- **Desenvolver Planos Municipais de Resíduos Sólidos**, com fechamento de lixões e construção de aterros sanitários;
- Implantação de programas de coleta seletiva com a inclusão das cooperativas de catadores de materiais recicláveis, além da logística reversa nas cadeias produtivas de geração de resíduos, em especial eletroeletrônicos, pneus, lâmpadas e embalagens;
- **Mudar o modelo dos serviços de drenagem pluvial urbana**, que tem como premissa as grandes obras, a exemplo de piscinões, como base do planejamento das grandes cidades;

- Desenvolver modelo alternativo à macrodrenagem e exclusão dos cursos d'água da paisagem e do cotidiano da cidade, que levam ao aterramento de nascentes e brejos; canalização dos cursos d'água para transformação em ruas e avenidas; supressão das matas e vegetação e consequente impermeabilização do solo;

- Desenvolver uma nova cultura de recuperação da permeabilidade do solo por meio de ações estruturais e não estruturais de microdrenagem para reduzir o escoamento superficial e direcioná-lo às microbacias onde essa vazão irá trazer benefícios ambientais, à saúde, às moradias e preservação de vidas;

- Incorporar nas políticas públicas Soluções baseadas na Natureza (SbN), infraestruturas verdes e azuis no espaço urbano com ações que aumentam a permeabilidade do solo e diminuem a velocidade de escoamento das águas das chuvas

- Desenvolver redes multifuncionais de criação de áreas de preservação e incentivo a construções como telhados verdes, parques ciliares, construção familiar ou condominial de captação de água de chuva, reuso de águas cinza e jardins filtrantes;

- **Restaurar e conservar os ecossistemas da Zona Costeira** - os 400 municípios, distribuídos por 17 estados, que formam a Zona Costeira, são mais vulneráveis aos eventos climáticos extremos, mas ao mesmo tempo seus ecossistemas são aliados para conter o aquecimento global e proteger o litoral brasileiro. Chamados de ecossistemas de carbono azul - por absorverem por metro quadrado mais CO₂ da atmosfera do que as florestas tropicais - a conservação desses ambientes é essencial para a política climática, razão pela qual o Plano Local de Ação Climática dos municípios costeiros deve promover estratégias com essa finalidade.

- **Educação ambiental para a transformação ecológica** - Os problemas socioambientais e as demandas imediatas da população, a exemplo do transporte público de qualidade, a defesa da saúde pública, a luta contra a poluição do ar, da água, dos alimentos por agrotóxicos, pelo direito ao trabalho, à moradia e ao lazer, entre outras, devem compor os temas e finalidades de uma educação ambiental com capacidade de mobilizar e organizar as lutas em prol de uma sociedade justa, solidária e sustentável.

NAPP - NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

 (11) 5571-2609

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091
Vila Mariana - São Paulo - SP



fpabramo.org.br

 @fpabramo



Fundação Perseu Abramo



@fpabramo